TL 6010

A Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste

A ideia remonta já a 1989 e baseia-se na fórmula que os Parlamentarians for East Timor adoptaram. Depois de alguns meses de contactos informais, uma comissão organizadora (a que pertencem, além de mim, a Dra. Paula Escarameia, da Universidade da Ásia Oriental, em Macau, a Dra. Sasha Stepan, da Monash University, na Austrália, e o Dr. Rui Moura Ramos, da Universidade de Coimbra) enviou uma carta a juristas de diferentes nacionalidades, convidando-os a aderirem à Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste.

O que levou à ideia da formação da Plataforma foi a constatação de que o tratamento do problema de Timor-Leste se tinha afastado demasiado da sua componente jurídica, quando era precisamente nesse campo que a posição da Indonésia era muito fraca. Eis algumas das iniciativas que a Plataforma poderá desenvolver:

- apoiar o governo português no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações como Potência Administrante de Timor-Leste;
- pressionar os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos países que até agora apoiaram a Indonésia, ou que evitaram pronunciar-se sobre a questão, para que tomem uma posição concordante com o Direito Internacional;
- participar como peticionária nos trabalhos dos órgãos da ONU que se debruçam sobre o problema (Comissão de Descolonização e Comissão dos Direitos Humanos);
- publicar trabalhos em diferentes línguas que tratem da questão de Timor-Leste sob uma perspectiva jurídica;
- estimular o estudo do problema nas Faculdades de Direito de diferentes países, assistindo nomeadamente os estudantes que sobre ele queiram escrever trabalhos ou teses;
- instituir um prémio internacional anual para o melhor desses trabalhos ou teses.

Muitos juristas reagiram já positivamente à ideia, aceitando fazer parte da Plataforma. Entre eles contam-se o Dr. Gilmar Mendes, acessor do Presidente do Brasil, o Professor Claude Bontemps, da Universidade de Paris XI, o Dr. Francisco Lucas Pires, Parlamentar Europeu, o Dr. Rui Gomes, funcionário do Conselho da Europa, o Dr. Brahim Terki, sarauí e assistente da Universidade de Toulouse, a Dra. Argyros Gogon, notária na ilha grega de Sifnos, Milly de Bruyn, presidente do Leiden Journal of International Law, o Drs. Frans von der Dunk, assistente da Universidade de Leiden, o Professor Jorge Miranda, da Faculdade de Direito de Lisboa, o Dr. José Manuel Pureza, assistente da Universidade Nova de Lisboa, o Professor Adriano Moreira e o Dr. José Guimarães, membros da Assembleia da República, o Dr. João Soares, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, os Drs. Hugo Velosa, João Loff Barreto e José Miranda Dias, advogados em Lisboa, a Dra. Marian Does, advogada no Algarve, a Professora Susan Marks, da Universidade de Cambridge, o Professor Nathaniel Berman, da Universidade de Boston, o Professor David Kennedy, da Universidade de Harvard e o Dr. Michael van Walt, advogado em S. Francisco.

Possivelmente em Outubro próximo terá lugar em Lisboa uma reunião para a constituição formal da Plataforma e a formulação definitiva dos seus fins e planos de acção. A comissão organizadora espera que estejam presentes cerca de 100 juristas de mais de 30 países, entre os quais 40 portugueses. O principal problema que a comissão teve de enfrentar, o financiamento do projecto, parece estar em vias de solução, após algumas instâncias portuguesas e estrangeiras lhe terem concedido subsídios.

Pedro Pinto Leite